



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO V - Nº 69 - 2ª Quinzena de maio de 1994 - CR\$ 500,00 - Solidário: CR\$ 1.000,00

A onda grevista exige a unificação das lutas para derrotar o plano FHC.

Que a CUT chame a luta nacional de massa para por abaixo o plano neoliberal entreguista e antipopular

O PT caminha para a total integração ao estado capitalista.

Os trabalhadores devem votar nulo em defesa da construção do Partido Operário Revolucionário.

Bolívia:

A burocracia da Central Operária Boliviana, a COB, bloqueou o levante de mais de um mês, suspendendo a greve geral por tempo indeterminado.

Mas o Partido Operário Revolucionário boliviano se destacou como vanguarda revolucionária dos oprimidos e se potenciou para o próximo levante anticapitalista e antiimperialista.

Derrubar o Plano Fernando Henrique/Itamar

É preciso um movimento nacional de massa antipopular e anticapitalista

O Plano FHC saqueia os salários.

A URV protege os lucros dos capitalistas. Antes de se aplicar a nova moeda, a fase I e II do Plano impôs violentas perdas. O governo espera baixar artificial e momentaneamente a inflação a partir de julho com o real. Com isso, apagar as perdas e iludir os explorados. Pretende fazer uma grande propaganda de que a vida das massa irá melhorar.

Na verdade, a exploração capitalista do trabalho continuará intensa. Para manter artificialmente a inflação baixa, o governo terá de lançar medidas recessivas e de desemprego, como aconteceu na Argentina, México etc., onde foram aplicados planos neo-liberais. Com inflação ou sem inflação são os trabalhadores que arcam com todo peso da crise econômica capitalista. Mas o Plano FHC não pára por aí. Faz parte das metas pró-imperialistas de desestatização e desnacionalização.

Não podemos desconhecer que a enfermidade da economia nacional é um reflexo da desintegração mundial do capitalismo, que vem arrasando o conjunto das potências. Os Planos impostos aos trabalhadores brasileiros são protetores das potências imperialistas, que necessitam reforçar o controle econômico, comercial e político do grande capital (multinacionais, capital financeiro). Não há outra saída para os exploradores senão provocar desemprego, aumentar produtividade e rebaixar os salários. A fome e miséria das massas são frutos da intensa exploração do trabalho e espoliação do país pelo imperialismo.

Esta situação é agravada com os Planos antinacionais e antipopulares. Eis porque rechaçamos o argumento dos reformistas e traidores de que há pontos positivos e negativos no Plano FHC. Com isso querem dizer que não se trata de lutar fundo pela sua destruição e sim apenas reformar seu lado ruim. Dizemos que não! Este é um plano do grande capital que deve ser combatido integralmente. Cabe unificar o descontentamento dos oprimidos num Movimento nacional pela derubada do Plano e por uma plataforma de reivindicações.

Contra a fome e a pobreza
Por um salário mínimo de 500 dólares
Pela reposição de todas as perdas
Pela implantação da escala móvel de reajuste salarial

Contra as demissões e o desemprego

Pela redução da jornada de trabalho para 6 horas

Pela readmissão de todos os desempregados

Estabilidade no emprego

Fim das agências sanguessugas e da tercerização

Contra a destruição física da família trabalhadora

Moradia para todos, expropriando as mansões, casas ociosas e terras dos especuladores e através de um plano de casas populares sob o controle dos trabalhadores

Saúde para todos, confiscando a rede privada e convênios e implantando um sistema único, público e gratuito

Educação para todos, confiscando a rede privada e implantando o sistema único, público e gratuito, sob o controle dos trabalhadores em educação, país e estudantes.

Contra a ofensiva do imperialismo

Fim das desestatizações, reestatização e controle operário da produção

Não pagamento da dívida externa.

Este é o ponto de partida da plataforma operária contra a miséria e a fome.

Cabe à CUT sair da inércia imposta por sua direção reformista-burocrática, e lançar a campanha nacional de luta, preparando as condições para a greve geral por tempo indeterminado.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970

Nacional



O Plano FHC mostra a que veio

O governo marcou a data para a entrada em vigor da nova moeda, o Real. Será em 1º de Julho. Nessa data se completará a segunda etapa do plano econômico, com mais arrocho salarial.

Os passos do arrocho desta segunda etapa começaram com a conversão dos salários pela média para URV e seu congelamento. É bom lembrar que a primeira coisa a ser convertida foram os salários. E por quê? Para congelá-los e permitir que as empresas elevassem seus preços e o governo aumentasse as tarifas acima da inflação. Depois de congelar os salários, os preços dispararam. Segundo a FIPE, os gêneros de primeira necessidade (feijão, arroz, batata, óleos, carnes, leite e derivados, remédios etc.) subiram de 30 a 150% acima da inflação média (URV). As tarifas também foram elevadas a cada 7 ou 15 dias sempre acima da inflação. Quando o governo começou a converter as tarifas, estas já estavam num patamar bem superior ao dos salários. Os preços também estão sendo convertidos, mas pelo pingo, e após uma alta inflacionária inédita. Quando vier o Real, os salários estarão num nível muito abaixo em relação aos preços e tarifas. A inflação em URV é mais

um mecanismo de arrocho salarial.

Os trabalhadores perceberam os truques do governo e estão saindo à luta, ainda que de forma dispersa. Em São Paulo, a primeira quinzena de maio foi palco de várias greves desde o funcionalismo público estadual, professores, condutores, metrôviários até fábricas isoladas no movimento operário. Colocou-se objetivamente a convocação de uma greve geral em São Paulo. Os funcionários federais realizam greve nacional, sofrendo a repressão do Exército. Falta a ação das direções no sentido de centralizar e unificar as lutas que estão ocorrendo contra o plano, mas que encontram dificuldade de avançar pela dispersão. As conquistas limitam-se de 15% a 19%, quando reivindicam de 35% a 37%.

O Plano encontra-se numa crise, pois a inflação continua a crescer e nada indica que acabará com a implantação do Real. O governo estuda a possibilidade de congelar o Real em dólar por 3 meses, até as eleições, ciente de que em pouco tempo a inflação estará de volta. Isto porque as condições para a permanência da inflação estão em pé: manutenção dos pagamentos das dívidas interna e externa, que consomem mais da metade do orça-

mento público, domínio da economia pelos monopólios multinacionais e pressão do capital financeiro, interessado na manutenção da inflação.

Os trabalhadores sofrem com a exploração seja em alta inflação ou baixa. O que está colocado para os explorados é a luta por sua sobrevivência, exigindo trabalho e salário suficiente para sustentar a si e sua família. O grande problema é que o capitalismo já não consegue mais nem mesmo isso: sustentarse e escravos. Por isso a luta pela sobrevivência levará a classe operária a se confrontar com a dominação capitalista e a destruir o Estado burguês através da revolução proletária e tomar em suas mãos o controle sobre a produção, a economia e a política.

NACIONAL



Fracassa a Revisão Constitucional

A revisão constitucional nasceu como uma manobra da burguesia para dar uma forma aparentemente democrática ao aumento da opressão nacional e social. Restringiria a atuação do futuro governo eleito, que não poderia confrontar-se com o disposto na Carta Magna. Os principais objetivos eram 1) entregar a mineração, exploração de petróleo e telecomunicações às empresas estrangeiras, 2) mudar a previdência, tornando praticamente impossível a aposentadoria e sucateando a saúde pública, 3) reformar a arrecadação e distribuição dos impostos entre a união e estados e municípios, aumentando o número de contribuintes e reduzindo o imposto dos empresários.

A profunda divisão interburguesa, principalmente no interior do PMDB e PSDB, divididos ao redor das questões da mineração e telecomunicações, inviabilizou a votação desses temas.

É que a aprovação dessas questões, de interesse do imperialismo e do grande capital nacional, levaria fatalmente à quebra de centenas de empresas nacionais, algumas delas de médio ou grande porte. Não se tratava de um setor minoritário, mas de toda uma parcela da burguesia nacional.

A solução momentânea encontrada foi o adiamento da

revisão para o ano que vem, e a aprovação dos pontos onde se pudesse se chegar a um consenso. Fixou-se uma nova pauta mínima de votação, que englobará a reforma tributária, partidário-eleitoral e da previdência. O que quer dizer que se atacará a previdência e assistência social para conter gastos públicos e garantir o pagamento das dívidas. Que se aumentará e criará mais impostos para os assalariados e se reduzirá a tributação do capital. E que se aprofundará a legislação antidemocrática eleitoral e partidária, que inviabiliza a constituição de partidos que não estejam ligados ao poder econômico, obriga ao voto etc.

O PT, que passou por uma crise para se definir quanto a participação ou não no processo, acabou capitulando e legitimando o ataque às conquistas sociais.

Cabe ainda a luta contra os ataques contra as condições de vida das massas que serão impostos agora e responder com a luta contra a ofensiva de desnacionalização da mineração e telecomunicações.

A burguesia mostra-se dividida frente as eleições

A divisão do maior partido da burguesia, o PMDB, diante da sucessão presidencial mostra a luta entre as oligarquias que dominam o partido.

Orestes Quércia domina a máquina partidária e controla boa parte dos governos estaduais e municipais. Pretende utilizar o aparelho dos estados e municípios para fortalecer sua campanha e disputar uma vaga no segundo turno. Venceu sem dificuldades as prévias do PMDB, e todos sabiam que seria assim. Verificou-se a imposição da burocracia estadual e partidária sobre o partido. O funcionamento dos partidos burgueses é um jogo de cartas marcadas. Quem tem maior poder econômico leva sempre a melhor e impõe sua posição. A realização de prévias é apenas uma formalidade, um enfeite, para dar uma aparência democrática a uma organização totalmente burocratizada e corrompida.

Sarney pretendeu se colocar como uma

opção das oligarquias nordestinas à aliança PSDB/PFL, tendo em vista a possibilidade do fracasso do plano econômico e a queda nas pesquisas de Fernando Henrique. Enquanto fazia campanha para as prévias do PMDB, articulava um nome para ser vice na chapa do PSDB. Indicou o nome de Guilherme Palmeira. No PMDB, não encontrou espaço nem mesmo para ser vice de Quércia. O Supremo Tribunal Federal negou a filiação aos pequenos partidos e impossibilitou qualquer pretensão de Sarney. Mas a articulação da indicação de Guilherme Palmeira mostra o peso das oligarquias nordestinas em um provável governo do PSDB.

A oligarquia sulista do PMDB foi completamente derrotada. Com menos de 20% dos votos válidos da prévia do PMDB, já foi procurado até pelo PT para que rompa com o quercismo e participe da frente de sustentação de Lula.

A aliança de maior preferência da burguesia até o momento é a PSDB/PFL. O candidato do PSDB conta com o apoio do poder econômico da FIESP, do capital norteamericano e de setores da social democracia internacional (imperialista). E a aliança com o PFL garante a sustentação de setores das oligarquias regionais nordestinas. Trata-se de uma frente que se formou diante da falta de outras alternativas dos maiores partidos da burguesia (PMDB e PFL), extremamente desgastados e da necessidade de erguer uma candidatura para

fazer frente à de Lula. A frente anti-Lula se justifica pelos traços nacionalistas apresentados no programa de governo petista, que se chocam com alguns interesses das frações mais abertamente pró-imperialistas da burguesia.

Mas no interior do próprio PSDB há uma divisão contra a aliança com o PFL. Trata-se do descontentamento de setores que estarão em disputa pelos governos estaduais com o PFL e que serão prejudicados pela aliança. É o caso de Waldir Pires, na Bahia, que disputará com o PFL o governo estadual.

A divisão da burguesia torna mais difícil arrastar as massas para as ilusões eleitorais. A podridão das negociatas burguesas vai criando uma desconfiança das massas na falsa democracia onde quem manda são os exploradores. Mas o reformismo ainda joga um papel de sustentação dessas ilusões, e que não são combatidas como precisam por não haver o partido revolucionário estruturado.

A crise dos partidos burgueses expressa a crise do regime político. A divisão da burguesia vem da necessidade de aplicar uma política econômica ditada pelo imperialismo que levará à quebra de uma parte da economia nacional e, por isso, da própria burguesia. Esse quadro abre perspectiva para o avanço do movimento operário, para que se levante contra a opressão nacional e social e abra caminho para a liquidação da exploração de classe.

A aliança burguesa do PSDB e PFL

Até pouco tempo, a oposição burguesa, dita democrática, como o PSDB, criticava o PFL por representar a oligarquia mais retrógrada, vinculada aos coronéis latifundiários. Não há quem não conheça o passado totalitário do governador da Bahia Antonio de Magalhães, um homem chave da ditadura militar. Agora, frente à tremenda crise do regime político e desagregação generalizada dos partidos burgueses, os ditos

democratas se unem ao PFL para conservar o governo em suas mãos. No barco da reação, unem-se Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Jarba Vasconcelos, considerados de "esquerda", com Marcos Maciel, Antonio Magalhães e Fiuza, que foi absolvido do processo de corrupção por exigência do PFL.

O partido dos oligarcas defende que o programa da Santa Aliança (PSDB/PFL/PTB) acabe com o todo monopólio estatal, escancare a economia para o capital estrangeiro e ataque fundo a vida das massas. Os democratas, outrora opositores, se curvam perante o programa neoliberal do PFL, esquecendo o passado de nacionalistas burgueses. Na verdade, estes politiquinhos que muito en-

ganaram a pequena burguesia democratizante mostram-se pró-imperialistas.

Esta aliança mostra a falsa caracterização de progressistas, feita pelos estalinistas (Pc do B, PC) e pelo PT, para justificar os apelos para o PSDB, setores do PMDB etc constituíssem uma ampla frente popular de conciliação de classe. Os trabalhadores devem abrir os olhos e não deixar se arrastar pelo eleitoralismo burguês. Votemos nulo contra a política burguesa. Construamos o Partido Operário Revolucionário. Nosso objetivo é destruir o capitalismo pela revolução proletária. As massas só conhecerão a verdadeira democracia controlando o Estado e a economia. Trata-se da democracia proletária.



Ascenso grevista coloca quadro generalizado de luta contra plano FHC

O mês de maio foi palco de várias greves que ocorreram simultaneamente em São Paulo e pelo país, mas de maneira dispersa, e principalmente no funcionalismo: professores estaduais, funcionários da Saúde, funcionários e docentes das universidades paulistas, funcionários da Sabesp e Cetesb, gasistas. E funcionários federais no INCRA, Fundação Biblioteca Nacional, Centro Brasileiro da Infância e Adolescência, Ministérios da Agricultura, da Fazenda e da Previdência,

Judiciários, IBGE, IPEN, Fundacentro, DRT, IBAC, Policiais federais e de São Carlos.

Em geral as reivindicações variavam de 35 a 37% de aumento em URV. A luta contra a privatização e em defesa do ensino e da saúde pública também foram colocados. Chegou a haver unidade em passeatas, à revelia das direções. Faltou uma ação da CUT e dos sindicatos no sentido da unificação de todos esses movimentos, que poderia projetar-se para

uma luta nacional de massa contra o plano FHC e contra o neoliberalismo. A conduta divisionista das direções é a causa do fracasso de algumas greves que já acabaram e do isolamento de outras que continuam.

O POR defende a unificação dessas lutas rumo à greve geral por tempo indeterminado contra o plano FHC.

Demitidos da CMTC

A comissão de demitidos da CMTC tem buscado colocar a luta na rua, para se contrapor às 27 mil demissões, decorrentes da privatização da CMTC.

A luta contra as demissões, a defesa da diminuição da jornada de trabalho das empresas particulares e a exigência de "desprivatizar" a CMTC têm sido a alavanca para mobilizar e conscientizar os trabalhadores da unidade.

Mas a comissão de demitidos tem enfrentado enormes bloqueios. Até o momento tem sido utilizada para acirrar a disputa interna da burocracia sindical e também impulsionar descaradamente o eleitoralismo. Isso ficou plenamente visível no ato do dia 26.04. O PCdoB utiliza a comissão com o intuito de ver aprovados dois projetos lei, que os vereadores de seu partido estão defendendo na Câmara. A corrente Articulação, na figura de Soré, utiliza a comissão para aprofundar as divergências com o Edivaldo, presidente do sindicato, e este, por sua vez, só se lembra da comissão sob pressão das bases. O PSTU, que tem na base a maior simpatia, orienta no sentido de pressionar os parlamentares demagogos.

Por tudo isto é que até agora a luta ficou restrita à Câmara de São Paulo. O ato que se realizou neste local e contou com mais de mil condutores da CMTC foi de conteúdo claramente eleitoral, à medida que os reformistas (Erundina, Gilmar Carneiro, Sandroni e cia.) colocaram a solução dos problemas, como o das demissões, nas mãos do governo democrático popular de Lula que seria um governo Erundina ampliado. O PCdoB entrevistou

defendendo seu projeto em trâmite na Câmara, e portanto, reforçou as ilusões na luta institucional. O PSTU representado por faixas, "Lula Lá", por sua vez, também reforçou o eleitoralismo. Dessa forma, o ato eleitoral obrigou os condutores a ouvir todos os tipos de promessas demagógicas típicas dos partidos burgueses na caça ao voto. Mas os condutores não engoliram totalmente essa farsa, pois bem se lembram que também no governo de Erundina foram reprimidos e que ela abriu o caminho para o Maluf privatizar, quando iniciou a municipalização. E isso ficou demonstrado na intervenção da comissão de demitidos, quando defendeu a luta unitária da categoria, com grandes manifestações de ruas, e em conjunto com outras categorias, ainda que tenha sido uma intervenção diluída e minimizada dentro do cenário eleitoral.

Este ato deveria ser o carro chefe para impulsionar o movimento concreto contra as demissões, mas os condutores que lá estavam saíram sem uma linha política que organizasse o movimento de resistência. A comissão de demitidos tem necessidade de se libertar desta direção burocrática e colocar na direção a vontade das bases, que é lutar unificada.

CPI acaba em Pizza

Depois de sete meses, o balanço da apuração e julgamento dos parlamentares envolvidos na corrupção em torno do orçamento federal é o de 5 cassações, 4 renúncias e o restante absolvido. Quando lembramos que havia centenas de parlamentares citados em documentos de empreiteiras, dezenas de casos de instituições fantasmas que recebiam dinheiro público e depositavam-no nas contas de parlamentares e várias comprovações de enriquecimento ilícito, vemos que o resultado da CPI foi a absolvição da quase totalidade de corruptos.

O caso mais escandaloso foi o da absolvição do ex-ministro Ricardo Fiúza. Responsável por encaminhar todas as emendas feitas pelos parlamentares, era conhecedor e cúmplice de todas as tramóias. Foi absolvido graças a acordos de bastidores entre PFL e PMDB.

O episódio da CPI mostra que a burguesia jamais vai julgar e punir a si própria. Quem deve julgar e punir são as massas exploradas, que sustentam com seu trabalho a produção e da qual vêm os recursos que geram o orçamento público. Por isso o POR

defendeu desde o início a convocação dos Tribunais Populares para julgar de verdade os corruptos.

Mas as direções reformistas preferiram apoiar a manobra da CPI, mantendo a questão nos estreitos limites da instituição parlamentar. As mobilizações que aconteceram foram canalizadas para pressionar o parlamento, justamente quem estava sob suspeita.

Assim, ao invés de se punir os corruptos, a CPI lhes deu um atestado de honestidade.

O proletariado precisa se erguer para varrer com a burguesia corrupta e a exploração de classe. Romper com o reformismo que lhes engana e ajuda a burguesia a manter seu regime de exploração e construir o partido revolucionário, instrumento imprescindível para a revolução.

Nacional



Ao Congresso Nacional da CUT

A CUT se originou vinculada ao ascenso do proletariado e demais camadas exploradas. Foi construída para unificar as massas dispersas e centralizá-las na luta contra os capitalistas e seu regime político. Para se por em pé

teve de se confrontar com a ditadura militar do general Figueiredo. Foi obrigada também a combater a unidade dos estalinistas (PCdoB, PCB) com a velha burocracia intervencionista de Joaquinão contrários à sua constituição, justamente por refletir a luta de classes e estar em confronto com a ditadura. Eis porque, no início, seus congressos foram marcados pela presença de delegados de base, principalmente operários e camponeses sem-terra. Esta organização operária nascente colocou a tarefa de libertar os trabalhadores do sindicalismo burocrático e colaboracionista. Sua ligação com as greves e movimentos combatidos nas ruas pela ditadura permitia dar um passo na independência de classe, ou seja, oposto ao controle do Estado burguês e seus lacaios sobre o movimento operário.

Entretanto, o que vivemos nos últimos congressos é o contrário da independência da CUT. Passo a passo sua direção a vem integrando na política democrático-burguesa e esvaziando sua função de organismo de luta de massa. A burocracia dirigente a transformou num aparelho para negociações parlamentares. Para ela, não são os trabalhadores organizados e mobilizados contra o estado, que inclui o próprio parlamento patronal, que arrancarão suas reivindicações dos capitalistas e lutarão por sua emancipação social e política da opressão burguesa. É este conteúdo que tem imperado na CUT. A direção corporativista tem procurado convencer os trabalhadores que a função da Central é fa-

zer pressão democrática, portanto sem luta violenta grevista, sobre os parlamentares, para através de acordos se obter migalhas. Nos momentos eleitorais, como agora, apregoam que a saída para a miséria é votar bem, ou seja, apoiar o programa pseudo-reformista e pró-capitalista do PT.

Esta política na CUT e nos sindicatos tem sido desastrosa para a vida das massas. O capitalismo apodrecido vem impondo desemprego em grande escala, cortes salariais e expulsando camponeses das terras. A consequência são os 33 milhões que vivem abaixo da pobreza absoluta. Desde o governo Collor, a ofensiva neoliberal se intensifica, atacando a vida das massas e arrebentando a economia para proteger os grandes capitalistas. Esta realidade é descrita a todo o momento pelos demagogos e politiquieiros, desde o PSDB até o PT. A burguesia chega até ao cinismo de fazer campanhas contra a fome e desemprego, apoiada pela CUT e PT. Enquanto isso o governo lança violentos planos de corte salarial, recessão e desemprego. O parlamento aprova políticas salariais, que mantêm as perdas e um salário mínimo de destruição física do trabalhador. E qual tem sido a conduta da direção burocrática? A de colaborar ou pelo silêncio, pelo palavreado ou pelas negociações nas câmaras setoriais.

Um dos mais destacados parlamentares do PT tem sido Paim, que não faz outra coisa senão manobrar e fraudar no Congresso as necessidades dos explorados. Esta burocracia dominante levou a CUT a colaborar com a fome e com os superlucros dos capitalistas, renunciando a lutar até mesmo pelas reivindicações mais elementares, como o salário mínimo real e o emprego.

A negativa em defender as reivindicações básicas dos trabalhadores e em mobilizar fundo contra os planos antinacionais expressam a adiantada burocratização da central e dos sindicatos. O "sindicalismo de resultados" triunfou no interior da CUT. A tática aplicada tem sido a da fragmentação das greves e acordos por fábricas, que quando muito obtém ninharias nas grandes fábricas. Esta política divisionista objetiva não potencializar a luta de classes e o confronto das massas contra o Estado. Tal linha é própria da socialdemocracia, à qual a CUT se filiou através da CIOLS. O predomínio da socialdemocracia petista, sob a estratégia do governo democrático e popular, vem eliminando a democracia operária e transformando os Congressos da CUT em um aparelho da burocracia encastelada nos sindicatos. Isto explica o funil imposto na representação de base, a impossibilidade dos trabalhadores discutirem as teses desde as fábricas, sindicatos etc. e agora, a resolução de destruição de regionais da CUT. É neste mesmo sentido corporativista que se criou as federações parale-

las à CUT e se caminha para a fragmentação dos sindicatos por fábrica.

Este 5º Congresso, como demonstram os Congressos Estaduais, não tem outra função senão avançar a burocratização e servir aos interesses eleitorais. Não há interesse algum em aprovar um plano de luta para derrubar o Plano FHC, impor as reivindicações vitais; e, sob sua base, lançar uma campanha nacional de luta e de massa. O grave é a conveniência das correntes de esquerda (PSTU, Trabalho) com o reformismo. Estes se colocam na vanguarda do eleitoralismo, exigindo que o Congresso aprove apoio político e material a uma candidatura de colaboração de classes. Devemos rechaçar essa política de tornar as eleições em centro de decisão da CUT. O POR deixa claro sua posição pelo voto nulo programático, uma vez que o PT não só é incapaz de romper com a burguesia como tem estreitado as alianças com os inimigos do proletariado.

Fazemos um chamado aos delegados classistas e aos militantes de base das correntes de esquerda a que constituamos uma Frente Classista e anti-burocrática de combate à direção reformista, em defesa da independência política da CUT, da democracia operária, do método da ação direta e de uma plataforma de luta antiimperialista e anticapitalista. Eis os pontos elementares para o início desta fração revolucionária na CUT:

1) Rejeição à estratégia reformista de submissão à CUT e sindicatos ao Estado burguês.

2) Combate ao eleitoralismo que paralisa a ação direta das massas e reforça as ilusões nas bondades do parlamento.

3) Defesa da democracia operária, de uma CUT de luta de classes e de massa, baseada em congresso de base, cuja representação majoritária deve ser a do proletariado.

4) Rompimento da CUT com a CIOLS e denúncia sistemática da política reformista e socialdemocrata, por serem agentes da conciliação de classes.

5) Combate ao divisionismo, o corporativismo e os métodos do sindicalismo de resultados. Trabalhar pela unificação local, regional, e nacional dos movimentos.

6) Defender que a CUT seja um instrumento ativo pela construção de aliança operária e camponesa, impulsionando as ocupações de terra, as greves, e as campanhas unitárias.

7) Defender um plano de luta anticapitalista e antiimperialista, encabeçado pelas reivindicações vitais, como o salário mínimo real, reposição das perdas, emprego e terra aos camponeses.

8) Posicionar-se por uma campanha nacional de luta pela derrubada do plano antinacional e antipopular de Fernando/Itamar.

Nacional



A direitização do PT

O crescimento eleitoral de Lula e a possibilidade de chegada ao poder anima o PT a se aproximar cada vez mais de um programa assimilável pelo grande capital e pelo imperialismo. O candidato petista já pensa como presidente da República. Explica que não poderá governar sem uma coalizão com o PSDB, setores do PMDB, PDT etc. que terão inevitavelmente maioria no parlamento. Isto significa que o PT terá de executar um programa negociado com os partidos burgueses oligárquicos e dividir o poder da máquina do Estado.

Para estabelecer tal convivência, é necessário que os poderosos grupos econômicos, que de fato, em última instância, dirigem o Estado, confiem que o PT comporá o comitê dirigente capitalista, abandonando o palavreado esquerdista do passado. Lula e seus assessores sabem disso e não medem esforços para convencer o poder econômico de suas boas intenções. Os reformistas só não podem aparecer abertamente como serviçais dos exploradores perante as massas, acobertando sua política pró-capitalista com o argumento demagógico de que "o governo democrático e popular" se voltará a favor dos "excluídos".

Mas, perguntando a militantes petistas, como admitem que seu partido se lance nos braços da burguesia, a resposta é de prostração. Dizem: "Não há outro meio do PT ganhar as eleições e tomar posse sem negociar com eles (os capitalistas)". Acreditam que uma vez no comando do Estado o partido fará uma gestão a favor das massas. Iludem e se auto-iludem fechando os olhos para o conteúdo burguês do programa semi-reformista.

Os jornais já estampam a bandeira do pacto social desfraldada por Lula, tão almejada no governo Sarney e pela burguesia. O reformismo não tem outra via para governar senão contendo a luta das massas, através da pressão de um governo de união nacional, em que os explorados estão submetidos pelo comitê governamental capitalista.

O Encontro Nacional sob a tutela da burguesia e da

Igreja

O Encontro Nacional do PT, realizado no início de maio, serviu de tribuna para a tendência de Lula (Articulação) se dirigir à burguesia nacional e internacional. Em abril, a direção do partido lançou um projeto de Programa, acomodando as várias correntes em torno de reformas não tanto radicais, como auditoria da dívida externa, possível moratória, revisão de algumas privatizações, direito ao aborto etc.

A imprensa fez uma tremenda campanha dizendo que o Programa do PT pertencia ao passado estatista. E a Igreja se pôs furiosa contra a ambígua formulação do direito ao aborto, considerando inaceitável o PT defender tal ponto programático oposto ao dogma religioso. Imediatamente Lula e os ideólogos do partido se colocaram por modificar todos os itens rejeitados pela burguesia e Igreja. Desta forma, o Encontro nacional transcorreu sob a pressão da classe dominante e Lula compareceu como seu interlocutor mais autorizado e poderoso.

Nos bastidores, os caciques (Lula, Rui Falcão etc.) fecharam um acordo, sob o argumento de que não se poderia prejudicar a vitória de Lula em qualquer hipótese. Foi suprimido a formulação de suspensão da dívida externa e substituída pela renegociação, com possibilidade de suspensão. A defesa do direito ao aborto, uma reivindicação democrática contra a opressão da mulher, obteve apenas 20% dos votos, triunfando a exigência obscurantista e antidemocrática da CNBB (Igreja). O mesmo se passou com a bandeira democrática de direito de sindicalização das tropas, apresentada como emenda. Foi rechaçada terminantemente, em função da necessidade dos reformistas contarem com a anuência dos generais. Em relação às privatizações, o programa propõe conservar apenas o monopólio do petróleo e telecomunicações, não questionando a privatização da metalurgia, petroquímica etc.

A única derrota de Lula ocorreu em torno de sua defesa da aliança do PT com o PSDB no Ceará, porém não passou de for-

malidade, pois uma vez no governo fará uma coalizão muito mais à direita ainda.

As alianças

O objetivo central da cúpula dirigente do PT era estabelecer uma aliança com o PSDB, que se intitula socialdemocrata. Este partido burguês pretende representar a modernidade capitalista, ou seja, posições pró-imperialistas. É com este partido de uma fração de industriais que Lula pretendia se coligar.

O conteúdo pró-capitalista das alianças é a aplicação do programa burguês do reformismo. No Ceará, a direção regional majoritária aprovou a coligação com o PSDB, contando com o apoio de Lula, que espera superar a disputa eleitoral com Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, construir um pacto de governabilidade. Foi preciso o Encontro Nacional vetar tal coligação desfavorável eleitoralmente à candidatura de Lula.

Porém, me vários estados estão sendo seladas alianças com os mais diversos partidos patronas, tudo pela caça ao voto das massas. A Frente Brasil pela Cidadania, que substituiu o nome de Frente Brasil Popular de 1989, está composta pelo PT, PSB, Pcdob, PPS (antigo PC) e PSTU. O PCdoB, seguindo

Nacional



a política estalinista de aliança com partidos burgueses considerados progressistas (até o PFL entra nesta classificação conforme o estado), defendeu até o último momento uma aliança entre o PDT (Brizola), PMDB (da fração Requião), PSB (Arraes) e PT (Lula). Está aí a concepção de "frente ampla progressista" dos estalinistas, que certamente será defendida para constituir o governo de Lula.

O ex-PCB, o PPS, condicionou sua aliança com o PT à discussão programática sobre privatizações, monopólio estatal do petróleo e dívida externa. Os ex-estalinistas social-democratizados defendem o moderno programa pró-imperialista de abertura do mercado, desestatização e pagamento da dívida externa. E, quanto às alianças estaduais, se reserva o direito de compor com quem quiser e contra o próprio PT.

O PSTU entra como vaca de presépio. Em São Paulo, colocará sua militância para eleger José Dirceu. Mas, em Fortaleza, fica de fora porque foi vetado pela cúpula dirigente. Os esquerdistas, que imprópriamente se nomeiam trotsquistas, fazem a campanha bastarda de que a polarização estabelecida entre Fernando Henrique Cardoso e Lula tem o conteúdo de classe, burguesia versus trabalhadores. Na defesa para que a CUT se torne cabo eleitoral dos refor-

mistas, o PSTU se apóia no fetiche (ilusão) da candidatura operária oposta à candidatura burguesa. Esta falsificação custará caro à vanguarda que segue o PSTU, uma vez que servirão de suporte à ascensão do reformismo socialdemocrata, portanto, pró-capitalista. Os "trotsquistas" que tanto repudiam em palavras a frente-popular, nela participam e serão responsáveis pelo governo de união nacional almejado por Lula. Em troca de votos e de alguns cargos no parlamento, o PSTU se vende à Frente de conciliação de classe.

O PT e os Estados Unidos

A viagem de Lula aos Estados Unidos logo após o Encontro Nacional ter aprovado o programa modificado e lançado oficialmente sua candidatura é uma conduta de subserviência. Num encontro com cerca de 700 executivos, tendo à mesa de honra o vice-presidente do City Bank, William R. Rhodes, o candidato procurou demonstrar seu programa de abertura para o capital estrangeiro. Frente à pergunta insistente sobre a dívida externa, assegurou aos banqueiros que não fará nenhuma moratória e nem ação unilateral, como noticiava o jornal *O Estado de SP*. Lula chegou a declarar que o objetivo de seu governo é estabelecer regras estáveis e de credibilidade para que o capital estrangeiro possa lucrar mais e criar empregos. O ex-operário metalúrgico se esqueceu que mais lucro para as multinacionais significa mais exploração e mais miséria para o povo. A conversa sobre criar mais empregos é uma cortina de fumaça, para ludibriar os tolos. A essência de toda essa conversa com os exploradores do mundo inteiro é a de prometer ao imperialismo que cumprirá os acordos internacionais espoliadores da nação oprimida. O mais incrível é que Lula exortou a intervenção imperialista no Haiti, em nome da democracia. Chegou a comparar o golpe militar contra Jean-Bertrand Aristide com a invasão do Kwait por Sadam Hussein, para dizer que as forças multinacionais da ONU deveriam fazer o mesmo como fez na guerra contra o Iraque, porque afinal de contas

o golpe no Haiti é tão grave quanto a invasão do Kwait. Assim o reformista do PT mostra a sua vocação pró-imperialista e a favor do intervencionismo militar das potências contra as nações oprimidas. Exortar o imperialismo a intervir militarmente no Haiti significa apoiar a opressão nacional e fortalecer o papel de gendarme mundial dos Estados Unidos. A ditadura do Haiti deve ser derrubada pelas massas oprimidas e não pelas forças militares imperialistas.

A política proletária exige o voto nulo

O POR fez um chamado para o PT romper com a burguesia, se colocar por um programa antiimperialista e anticapitalista e organizar a luta independente das massas. O objetivo deste chamado era para demonstrar aos trabalhadores e à base militante do PT, que os reformistas são oportunistas e traidores dos explorados.

O Encontro do PT tutelado pela burguesia e a Igreja, o empenho para formar alianças com partidos patronais, a posição reacionária de Lula sobre o Haiti e sua proposta de um governo de pacto social demonstram a total submissão do PT à política burguesa.

O fato de não termos ainda um partido revolucionário capaz de intervir nas eleições nem o programa da revolução proletária obriga os marxistas defenderem o voto nulo programático. Não desconhecemos que existem ilusões democráticas nas massas, que impõe à militância revolucionária intervir nos processos eleitorais. Porém, não se pode utilizar desta realidade e capacidade de arregimentação do reformismo para justificar o apoio político ao PT, como faz o PSTU.

A defesa do voto nulo se identificará com a defesa junto aos explorados da construção do partido operário revolucionário, que tem por estratégia a implantação do governo operário e camponês, resultante da destruição do Estado capitalista e implantação da ditadura de classe do proletariado contra a minoria burguesa.



Os estalinistas mostram sua verdadeira face

O PC do B de Alagoas decidiu entrar e apoiar a frente eleitoral formada pelo PSDB, PFL e PMDB, encabeçada por Divaldo Suruagy, um homem da oligarquia latifundiária de usineiros. É este mesmo partido que propõe no Encontro da CUT Regional de São Paulo um pro-

grama de reforma agrária confiscatória de todo latifúndio. O estalinistas do PC do B ainda precisam do fraseado radical para acobertar seu antimarxismo e anticomunismo. Em sua história, já apoiaram Quêrcia, Fleury, Itamar Franco e inclusive Collor para governador de

Alagoas. Portanto, não há nada de novo no apoio ao oligarca Suruagy. É bom que os estalinistas de outras partes do país não digam que é apenas uma tática regional para progredir a revolução.

O oportunismo eleitoral

Na passeata dos grevistas e dos sem-terra, realizada na Av. Paulista, o PSTU soltou um panfleto que mostra bem o oportunismo eleitoral. A meia página inicial faz demagogia de unidade grevista. O restante, uma página e meia, está dedicado à campanha eleitoral. Lança a bandeira ilusionista "Por um governo de Lula sem patrões com um programa socialista", para justificar sua política seguidista ao reformismo. Diz que Lula deve estar nas greves e não conversando com os banqueiros. Porém, o fato é que Lula está com os banqueiros e contra a unificação das greves para derrubar o Plano FHC. Os reformistas são

responsáveis pela divisão e fragmentação da onda grevista de maio. O verso do panfleto do PSTU envergonha qualquer militante consciente. É um "santinho" pedindo voto a Graciana e Valério Arcary. Termina assim o santinho do PSTU: "Lula Lá e Zé Dirceu aqui". Este slogan é típico da propaganda eleitoral burguesa. O que tem esta política a ver com o marxismo-leninismo trotsquismo? Os militantes honestos do PSTU devem se perguntar seriamente.

Nacional

Jornal "O Trabalho" mente para pedir apoio a Lula

A corrente petista "O Trabalho" afirma em seu jornal nº 347: "Para os trabalhadores e, por conseguinte, para a CUT, não é indiferente se Lula chega ou não ao poder. Ela tem que se posicionar, desde já, pelo apoio à sua campanha." E mais adiante: "a candidatura de Lula é a aglutinadora da força de mudança popular." E "Só uma candidatura representa o anseio de romper com a política do FMI para melhorarmos a condição de vida do povo."

Os pseudotrotskistas pretendem convencer os trabalhadores a apoiarem a candidatura de Lula insinuando que com a eleição do PT pode-se modificar o regime de dominação e exploração nacional e de classe. Mentem afirmando que o governo de Lula romperia com o FMI. Lula e o PT já deixaram bem claro

que moratória, só em situação semelhante àquela em que Dilson Funaro, no governo Sarney, parou de pagar a dívida porque não tinha dinheiro.

Outra ilusão é a afirmação de que a candidatura do PT aglutina forças de mudança popular. As alianças e a busca de apoio junto aos partidos burgueses levará o PT a, caso chegue ao governo, exercer a função de guardião da ditadura de classe da burguesia sobre os assalariados, como qualquer outro governo burguês, pois estará comprometido com o poder econômico. E nem Lula nem o PT estão chamando a luta de massa contra o plano, o governo e a burguesia. Ao contrário, procuram conter a luta de classes para que esta não prejudique a disputa eleitoral.



**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970

Por que fracassou a greve dos professores paulistas

A greve iniciada no dia 10 foi a forma encontrada para responder ao brutal ataque às condições de vida dos professores e à escola pública. Fleury encarna a política de destruição dos serviços públicos (saúde, educação). É por isso que não aplica nem a parte do Orçamento que cabe à educação. Também não é por acaso que reduz salas de aulas (aumento do número de alunos por sala) e impõe 97,03 URVs como piso do PI. A proposta de aumento gradativo do piso até agosto, passando para 111 URVs, foi um acinte para o magistério.

Diante do bloqueio das negociações e o caráter irreduzível do governo em não ceder mais nada, a assembleia votou pela greve. A diretoria da Apeoesp defendeu a proposta de retorno às escolas e paralisação na segunda e terça-feira. O que significou, na verdade, se colocar contra a greve. Certamente, não eram algumas horas que iriam modificar a disposição de luta da classe. O problema não está aí. O fato é que uma parcela reluta em sair em greve, devido à derrota da potente greve anterior. Fleury se apoiou na divisão para derrotar o movimento, enquanto que a dire-

ção não se empenhou em unificar o conjunto da classe.

Para quebrar o argumento do governo de que a greve tem objetivo eleitoral era necessário massificá-la, com grandes ações de ruas e levar às últimas consequências a defesa das reivindicações. Não foi o que ocorreu. A diretoria não buscou a unidade com o funcionalismo, se pautou pela frouxidão e o corporativismo. Nem mesmo procurou a unidade com os Estados em greve, como é o caso do Rio Grande do Norte (desde o dia 4), Tocantins (desde 13 de fevereiro), Rondônia e Alagoas (há dois meses e meio). O que mostra claramente o caráter aparelhístico da CNTE (na qual a Apeoesp ocupa a vice-presidência). De nada tem servido para o professorado a existência de uma Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, sob a direção de uma burocracia sindical, porque se nega a realizar a tarefa essencial de unificar o conjunto do magistério para derrotar a política destruidora da educação pública e gratuita.

O mesmo acontece com o Consesp, a cúpula dirigente do funcionalismo público de São Paulo. Numa greve como essa de professores, saúde e universidades, o tal Consesp se esconde. Nada fez para unificar os setores grevistas, para enfrentar o patrão Fleury. Ao contrário, os movimentos caminham separadamente, contribuindo para a fragmentação da luta e viabilizando a política do governo de derrotá-los um a um.

A vitória do movimento grevista, tanto professores, saúde e universidades, dependia da disposição de unificá-los, para que ganhassem força e confiança dos setores resistentes à luta, particularmente aquela parcela do magistério. Ao invés disso, o que ocorreu foi o desmonte. A diretoria da Apeoesp se apoiou no baixo índice de paralisa-

ção e no argumento falacioso de que uma vanguarda queria destruir o sindicato, para suspender o movimento no dia 17 de maio.

A Corrente Proletária na Educação defendeu a continuidade da greve, com as seguintes propostas:

1) Que lançasse um chamado a todo o funcionalismo a um ato de massa unitário;

3) Que realizasse uma assembleia conjunta para aprovar um plano de mobilização de rua contra o governo Fleury;

4) Que se formasse imediatamente os comandos locais em todas as regiões;

5) Que no CONCUR se aprove uma campanha nacional de luta, tomando por base a greve do funcionalismo. E tinha claro que, sem superar o caráter minoritário da greve, Fleury imporá mais arrocho salarial e destruição da escola pública.

A votação da continuidade atingiu 40% da assembleia. Embora a suspensão tenha sido defendida pela Articulação, PCdoB e pelo PSTU (no Conselho de Representantes), coube à Articulação a defesa na assembleia. Isto porque o PSTU (através da Convergência Socialista) procurou disfarçar com o argumento de que primeiro era necessário votar a proposta do governo, depois o problema da continuidade ou suspensão e como a diretoria não acatou porque isso já era consenso, o PSTU chamou o voto de abstenção.

Como se vê, a greve não saiu porque a diretoria trabalhou contra. E mais uma vez a classe amargará o arrocho salarial. Em agosto serão unicamente 111 URVs e os preços dos produtos estarão nas alturas. O governo se aproveitará para impôr o Plano de Carreira, que nada tem a ver com as reais necessidades da classe.

Corrente Proletária na Educação
maio/94

Movimento Operário



Adquira os materiais do POR:

Revista do Comitê de Enlace pela Reconst. da IV Intern. (em espanhol)	3 dólares
Crítica programática ao PSTU	CR\$ 1.000,00
A Revolução Agrária no Brasil	CR\$ 500,00
Balanço da Greve de 79 dias dos professores.	CR\$ 300,00

Total apoio à luta dos camponeses pobres e sem-terra

A iniciativa de manifestação do Movimento Sem-Terra por todo país, exigindo do governo condições de sobrevivência e reforma agrária é apoiada pela Frente Revolucionária. Ocupar as terras, resistir à violência policial e produzir é o caminho da luta para liquidar com os latifúndios, que concentram a maior parte das terras.

A história do movimento operário e camponês no Brasil comprova que os capitalistas não cederão absolutamente nada sem um combate aberto. O Estado, o governo e os partidos patronais se organizam para quebrar a luta coletiva, que une a classe operária e camponesa pela sua libertação do capitalismo, ou seja, da exploração e da miséria.

De nossa parte, estamos obrigados a forjar uma unidade de ferro, a aliança operária e camponesa, para expropriar pela revolução as terras dos latifundiários e as fábricas, bancos, supermercados dos

capitalistas urbanos. Enquanto os explorados não tiverem o Estado e a economia em suas mãos não será possível acabar com a miséria da maioria, o analfabetismo, doenças da fome, favelas e muitos outros males do capitalismo.

A marcha conjunta que grevistas e sem-terra fizeram no dia 11 de maio, na Av. Paulista, foi uma demonstração do caminho a seguir. Trata-se de realizar marchas e movimentos unitários de milhões de oprimidos por todo o país. Sabemos que as terras não serão entregues aos trabalhadores do campo e o latifúndio não será destruído por iniciativa de nenhum governo burguês, por mais reformista que seja. É pela luta direta, através de ocupações de terras, de fábricas, greves e manifestações de massa, que imporemos as reivindicações e faremos as transformações.

Companheiros sem-terra, a Frente Revolucionária se achou no

dever de trazer esta mensagem solidária e de luta. Não estamos atrás de votos ou de candidaturas. Estamos nos colocando à disposição de sua luta direta e da construção da aliança operária e camponesa.

Terra aos camponeses! Fim da repressão! Pela destruição do latifúndio!

12/5/94

Frente Revolucionária São Paulo

Assinam: Tendência pelo Partido Operário Revolucionário, Liga Comunista, Grupo Marxista Leninista e Independentes. Faz parte da Frente o Partido da Libertação Proletária.

Eleição de Mandela não acaba com domínio branco

A realização de eleições multiraciais na África do Sul atendeu a um antiga reivindicação da maioria negra, oprimida pelo regime de Apartheid há 3 séculos. Antes, os negros não tinham sequer identidade pessoal, tinham sua circulação restringida a verdadeiros campos de concentração e eram totalmente excluídos politicamente.

As manifestações de massa sucessivas, ainda que duramente reprimidas, pressionaram o governo a iniciar um processo de abertura política que concluiu na realização das últimas eleições.

O processo eleitoral realizou-se sob manifestações contrárias de etnias radicalizadas contra a dominação branca (zulus etc.), com o boicote de setores do próprio aparelho do estado, que chegaram a desaparecer com cédulas de votação e com protestos de grupos neonazistas brancos, que não admitiam o direito de voto aos negros.

As eleições na África do Sul também foram utilizadas para conter a luta de classes, que vinha se agravando há algum tempo. A ascensão do líder negro Nelson Mandela ao poder foi uma saída para a falência do regime de Apartheid. O objetivo da constituição de um governo aparentemente democrático é dar

condições políticas internas e externas para manter a opressão de classe da minoria branca sobre a grande maioria negra explorada.

A indicação de vários ministros que integravam o governo de Apartheid, principalmente a entrega do ministério da economia aos brancos, mostra que trata-se de um governo de coalizão, aceito pela burguesia branca mas totalmente condicionado por ela. Quer dizer que o controle da política econômica estará nas mesmas mãos em que estava.

O resultado da eleição não alterará a opressão social, racial e nacional na África do Sul. A burguesia branca continuará com o controle sobre os meios de produção e, assim, com o controle sobre o Estado e os meios de repressão.

A maioria negra explorada conseguiu dar um passo ao conquistar elementares direitos democráticos. Mas logo perceberá que a opressão continuará, agora com a colaboração da antiga direção do Conselho Nacional Africano de Mandela. E que a eliminação da opressão só virá realmente com a tomada do poder e dos meios de produção da burguesia, através da revolução proletária.

Movimento Operário



Internacional

Bolívia: Balanço da Greve Nacional

O movimento grevista

A pressão das massas radicalizadas obrigou o ampliado da COB a decretar a greve de fome e a greve geral por tempo indeterminado. Esta última não alcançou a generalidade, demonstrando a debilidade do setor proletário, particularmente o fabril.

Para o governo, o movimento estava destinado a fracassar pela falta de convocação da direção da COB e por isso indicou que não revisaria a proposta de 8% de aumento salarial. Por sua parte os burocratas estavam seguros que a falta de apoio das bases facilitaria o caminho a um imediato acordo com o governo.

E nesse momento a greve de fome dura se converteu no eixo central do movimento e grande pressão do governo. Como assinalou o trotskismo os piquetes foram a chama que permitiu surgir a fúria popular que se encaminhou a paralisar o país. Foi notável o bloqueio camponês que se iniciou em 28 de abril, efetivado apesar da presença de tropas militares nos caminhos. A agressão de agentes policiais especializados, que assassinaram camponeses, em lugar de acalmar o movimento o animou ainda mais, o que evidencia o grau de radicalização que chegaram as massas.

A situação se tornou perigosa para o governo e a própria burocracia sindical, desesperada por acabar com o conflito. Para isso decretou a famosa "pausa", repudiada pela maioria dos setores em luta e foi quebrado o movimento em alguns setores para poder concluir logo o acordo com o governo.

No ampliado cobista que discutiu as propostas governamentais a única voz dissonante foi a da Federação dos Professores de La Paz, que refletia a grande pressão das massas que continuavam suas medidas, particularmente o bloqueio dos caminhos.

Já Evo Morales, que trabalhou com a burocracia, exigiu o cumprimento da promessa governamental de ditar medidas de proteção aos cultivadores da folha de coca, teve de humilhar-se diante das autoridades e aceitar levantar o bloqueio dos caminhos em troca de promessas para pôr fim ao conflito.

O governo teve o apoio não só da burocracia, senão também dos meios de comunicação que se dedicaram a fazer propaganda contra os revoltosos e a favor do levantamento imediato das medidas de pressão.

Luta política das massas

A luta geral das massas nas ruas estava dirigida contra a globalidade da política do governo e buscava derrotá-la. As reivindicações salariais eram só parte da luta e havia que projetá-la até a estratégia da classe operária.

A burocracia sindical apareceu dividida, uma parte sensível à pressão das massas radicalizadas e outra que buscava o acordo imediato de convênios com o governo. Mas ambos os grupos buscavam reformas insignificantes e pequenas concessões porque partiam da necessidade de aprofundar a democracia formal existente no país e preservar a ordem social burguesa.

O Partido Revolucionário não deixou de colocar em nenhum momento que o objetivo da luta, respeitando a independência de classe das massas, era afastar o governo e suas leis. Faz-se necessário politizar ainda mais os explorados e é preciso endurecer a batalha para desfazer-se da burocracia sindical contrarrevolucionária.

Contra a violência reacionária, violência revolucionária

Governo e burocracia pregaram que são inimigos da violência. Porém as massas radicalizadas, rompendo os esquemas, usaram sua capacidade criadora para neutralizar e acabar com a violência reacionária dos organismos de repressão.

A própria base da sociedade contém a violência, que surge da contradição fundamental entre forças produtivas e relações de produção expressas socialmente na luta entre proletariado e burguesia.

Não se pode confundir a violência revolucionária com violência reacionária, esta última busca manter a ordem social burguesa decadente e destruidora da maioria. A primeira, usando a ação direta busca acabar com essa sociedade e impor uma nova que caminhe a uma sociedade sem exploração.

Para acabar com a violência reacionária do governo e empresários é preciso agudizar a luta de classes e não colaborar com a burguesia, limitando-se a enrolar na mesa de negociação. Os revolucionários devem potenciar politicamente o uso da violência revolucionária. Só assim se materializará a revolução proletária.

Quando a violência revolucionária atua através do partido proletário coloca a urgência de derrubar o capitalismo e busca concretizar-se nas ações militares. Nesse momento há urgência de resolver o armamento das massas. Trata-se de buscar ganhar os melhores elementos das forças armadas e da polícia para o programa da revolução proletária. Esse é o momento em que nos encontramos na Bolívia.

Vitória política da maioria nacional

As massas no último conflito alcançaram uma profunda mobilização inclusive paralisação do país (bloqueio dos caminhos), violentando os desejos da própria burocracia e do governo. Esta radicalização potenciou o Partido Revolucionário, o POR.

As massas têm conseguido elevar-se a um alto nível político. Apesar de não ter imposto suas reivindicações não se produziu uma derrota. O nível político alcançado se incorpora ao arsenal das massas e dali partirá a nova revolta. Trata-se de um passo adiante no caminho da conquista do poder pela classe operária.

O fortalecimento das massas, suas organizações e o partido operário exigem a tarefa impostergável de se desfazer da burocracia contrarrevolucionária.

Internacional



A Luta é Contra a Política Global do Governo

Buscamos acabar com as leis de capitalização, participação popular e reforma educativa.

O governo (que em seu retrocesso tem indicado que voltará a negociar sobre todos os problemas do plano da COB) e também os burocratas sindicais buscam limitar-se a rediscutir o problema salarial para alcançar a todo custo algum acordo que acabe com a atual convulsão social.

Temos que recordar que os bolivianos têm decidido lutar contra as leis antinacionais de Goni-Patiño e a imponente multitudinária mobilização em todo o país aponta para afastar o governo e sua política privatizadora.

No plano educativo se busca evitar a aplicação da reforma educativa que não só é privatizadora da educação senão que pretende converter os educandos em robôs a serviço do imperialismo.

Recomendação: não deseja-se confundir com oferecimentos miseráveis. As massas estão fortes e podem impor todas nossas reivindicações.

Cuidado com as Negociações Setoriais

Israel Veizaga se move afanosamente para firmar um acordo de 12% de aumento salarial para o setor da saúde e por sua vez a Confederação dos Professores busca um

miserável aumento de 13,5%, como tem assinalado o dirigente Oña.

A assinatura de qualquer acordo por essas migalhas seria uma traição sem atenuantes que as bases devem repudiar de antemão.

Agora trata-se de manter uma luta unitária nacional e golpear duro contra o governo.

Não se pode aceitar nenhum acordo setorial que só debilitaria o movimento operário e popular em seu conjunto.

Piquetes Armados de Autodefesa, Trabalho Frente ao Exército e à Polícia

A última jornada tem mostrado aos explorados a necessidade de constituir piquetes armados de auto-defesa frente à repressão movimentista. Os combatentes têm o dever de armar-se com tudo o que encontrarem para enfrentar a polícia e aprofundar a mobilização de rua.

Paralelamente é preciso continuar chamando os soldados, classes, suboficiais e jovens oficiais a se juntar a luta dos trabalhadores, luta que também beneficiará as bases das FFAA.

Convocar os uniformizados a voltar seus fuzis contra os exploradores.

Contundente Mobilização em Todo o País

Oruro

Bloqueio do magistério urbano na cidade e o rural na carreata de Caracollo. Continua a greve de fome de trabalhadores universitários.

Potosi

* No bloqueio da cidade de 27.04 participaram absolutamente todos os setores incluindo os moradores de bairros. As casas tiraram seus móveis para bloquear as ruas.

* Poderosa reação de donas de casa. Quando o prepotente prefeito quis levantar o bloqueio para ingressar na cidade com uma delegação alemã, as donas de casa radicais se apressaram a apedrejar o veículo com o qual o prepotente teve que ir-se com o rabo entre as pernas.

* Apesar da chuva torrencial, houve assistência massiva a marcha do dia de ontem.

Cochabamba

* O bloqueio na Angostura foi inicialmente dispersado mas os camponeses indicaram que se reorganizariam para manter a medida nos próximos dias.

Bloqueou-se também em Capinota, Chapare, Ivirgarzama.

COMTECO, LUZ E FUERZA e universitários bloquearam a cidade e professores rurais realizaram uma marcha.

La Paz

* Feridos e detidos: foi brutal a repressão policial. Houve um disparo de gás direto no rosto de uma mulher. Os professores rurais com lanças e flechas não permitiram que a polícia os dissolvesse na rua Constituição. As mulheres se portaram com grande valentia.



*** Solidariedade popular**

Os vizinhos da Praça Eguino (onde se manteve bloqueio até a noite) proporcionaram papéis, cartões, madeiras, etc para queimar e combater os gases. Existe grande simpatia da população pelos combatentes de rua.

Aos soldados

Muita gente cercava os uniformizados para alertá-los no sentido de não reprimir aos que lutam.

* Mulheres rentistas radicais: os dirigentes ao saber que os outros setores foram gasificados instruíram não marchar para "cuidar da saúde". As mulheres os chamaram de covardes e maricões por não saírem para a mobilização.

Agentes apedrejados

Nos seções da Garita (se libertou presos e queimou a seccional) vários agentes se refugiaram num bar, sendo apedrejados pelos professores rurais, que lhes deram o merecido.

Lallagua

Realizaram-se bloqueios em todas as saídas de ruas até a chegada de tropas militares. Os

professores rurais realizaram uma marcha entre Uncia e Catavi que foi praticamente escoltada pelos uniformizados em todo seu percurso.

Mais sobre as FFAA

* A 23 quilômetros de Santa Cruz as tropas do exército depois de conversar com os camponeses se retiraram do lugar para permitir o bloqueio da carreata.

* Os camponeses de Paratoni têm convocado publicamente aos soldados a não disparar nem reprimir os grevistas porque indicam que os soldados são também camponeses e que se conseguirem aumento salarial beneficiarão também aos uniformizados.

* Opinión informa que se tem produzido um amotinamento na polícia de Santa Cruz. Os amotinados exigem 25% de aumento nos soldos.

O notável é que se tem negado a sair para reprimir os professores porque indicam que eles têm o mesmo problema: a falta de recursos econômicos para subsistir.

Quando o comandante lhes chamou a atenção optaram por retirar-se da revista.

O trotskismo na direção do Movimento

O subsecretário San Martín do Ministério do Governo não dorme pensando nos trotskistas que são os causadores da convulsão social.

Para o Ministério da repressão, o POR e particularmente as idéias de G. Lora são as causas de todos os males.

Coisa parecida disse o prefeito de Santa Cruz, Julio Leigue, que disse que as mobilizações proletárias são manipuladas pelos trotskistas que buscam interesses políticos.

O que não pode entender a cabeça de pedra

dos governantes e seus compadres é que as massas em sua luta têm chegado a soldar-se com sua direção política: o POR, que para ele aparece na direção do movimento.

É momento de que os revolucionários alcancem converter-se efetivamente em direção física da maioria nacional radicalizada, expressando politicamente suas aspirações e assinalando com precisão a estratégia a que aponta a luta atual, que não é outra: tirar do poder a burguesia para impor o governo dos explorados.

Para Evitar a Traição Aprofundar a Mobilização

Os dirigentes da COB têm encontrado finalmente uma forma para acabar com a convulsão social: uma "trégua" de dois dias, que se efetivada somente potenciaria o governo, que aproveitando do "congelamento" das medidas se apressará em impor suas leis antinacionais, particularmente a reforma educativa privatizadora.

O governo tem dobrado o braço para oferecer 12% de aumento salarial aos setores da saúde e educação, quando na véspera decidia que não podia ceder nada em matéria salarial, porque estava aprovada a lei financeira.

O oferecimento busca dividir o movimento operário e apoiar-se nos setores mais atrasados

que se entusiasma com pequenas concessões.

O governo expressa seu interesse de extirpar os trotskistas do seio das organizações sindicais e das massas, porque ao eliminá-los conseguiria que os sindicatos assim se submetam com entusiasmo a um acordo social de grande alcance. Para evitar a repressão é preciso imergir-se nas massas e assim neutralizar a polícia.

Do que se trata agora é evitar a assinatura de qualquer acordo setorial, não dar nenhuma trégua ao governo, manter, massificar e aprofundar as medidas de repressão para evitar a traição que já aparece no horizonte.



Buscam reprimir os militantes do POR

O Partido Operário Revolucionário denuncia a opinião pública o seguinte:

1) o governo se orienta em concentrar a repressão sobre os dirigentes e militantes do POR por meio de seu aprisionamento. O pretexto: seriam os

teóricos da violência, como tem indicado o subsecretário do governo Hugo San Martín.

2) a escalada repressiva contra o trotskismo se corrobora com a detenção do secretário executivo da FUL de Sucre, Pánfilo Lora e as ameaças governamentais contra o secretário geral do POR, Guillermo Lora.

La Paz, 29.04.94

Como os burocratas preparam a traição

* Oscar Salas em pessoa foi aos grêmios de El Alto para instruir-lhes suspender a movimentação de ontem.

* Outros burocratas buscaram os decanos da UMSA para pressionar a abertura das portas da casa de estudos superiores.

* O dirigente do magistério Oña tem declarado afanosamente a imprensa que poderia aceitar

um aumento maior a 10% dos soldos para o setor.

* Os dirigentes da Seguridade Social difundem aos quatro ventos que lhes é difícil manter a greve por tempo indeterminado porque o governo os está substituindo por trabalhadores temporários.* Os dirigentes da saúde suspenderam a greve sob o pretexto de que as bases estavam rebaixando-os.

VARRER O GOVERNO VENDEPATRIA DE GONI-PATIÑO

* Para impedir a destruição da escola e universidade estatais e gratuitas com a reforma educativa.

* Para evitar o engano da participação popular.

* As massas nas ruas devem arrancar suas reivindicações: melhores salários, frentes de trabalho, defesa das empresas estatais e as minas, terra para os camponeses.

ses.

* O objetivo é superar a extrema miséria, por isso os salários devem corresponder à cesta familiar.

* Não se pode concertar se não se tem respondido satisfatoriamente ao plano nico da COB.

Liberdade para todos os presos sem julgamento nem compromisso algum!

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Um telegrama dirigido à Federação de Professores de La Paz, vindo de SP - Brasil, indica: "apoio à greve de fome dos estudantes, professores e trabalhadores bolivianos. A CUT Regional Grande São Paulo vem através desta manifestar todo o apoio ao combate contra o plano pró-imperialista do

governo Goni travado pelos trabalhadores bolivianos. Sem d vida este exemplo serve para motivar a luta de todos os trabalhadores do continente contra o imperialismo. Desejamos que a luta seja vitoriosa. Direção Executiva - Eduardo Steter."

Destino da Atual Mobilização: Duas posições, AFASTAR O GOVERNO OU SALVA-LO DE SUA QUEDA

As correntes reacionárias do interior da COB personificadas nos dirigentes estalinistas da alta cúpula cobista e também os dirigentes médios de diferentes setores, buscam suspender de uma vez o conflito porque significa uma ameaça para eles mesmos.

Como bons agentes do governo, a direção do movimento operário pretende assinar um acordo que condena os explorados a permanecer na miséria extrema (salários de fome) e carregar em suas costas as antipopulares e antinacionais "leis" de capitalização, participação popular e



reforma educativa.

A outra corrente, a das massas radicalizadas bem expressadas no Partido Revolucionário (POR Trotskista), considera que o objetivo da luta é acabar com a miséria e não aceitar miseráveis porcentagens de aumento salarial (9 a 12%). Por isso exige um salário de acordo com a cesta familiar. Esse é o dever de todo sindicato que se preze de defender seus filiados, não pode permitir que morram de fome.

Os acontecimentos posteriores dirão quem tinha razão.

Os bloqueios camponeses mostram uma profundíssima radicalização das massas e de continuar a luta. Permitiram retomar a mobilização nas cidades e projetar a luta ao fatigamento do governo de Goni-Patiño e suas leis destruidoras do país.

Os revolucionários indicam que levantar agora as medidas de pressão é colaborar com o governo e evitar seu desgaste. O correto é aprofundar ainda mais a mobilização, apoiados no descontentamento da maioria dos setores com as

propostas governamentais e em sua vontade de luta que se mantém em alta.

COCHABAMBA: Comitês de Bloqueio e Mobilização Camponesa

Tem se conformado sob a direção de um comitê departamental de bloqueio de caminhos e mobilização que em comunicado público indica lutar pela recuperação do mercado camponês, não a venda de terras nem impostos, defesa da escola estatal, gratuita e defesa da coca. Instrui o acatamento do bloqueio nacional "bloqueios relâmpagos, diurnos e noturnos, por grupos, cavar valas nos caminhos, derrubada dos penhascos, etc. Ademais, suspender toda a venda de produtos agrícolas até as cidades.

Nosso objetivo é paralisar o tráfego de todos os veículos pelos caminhos da Bolívia, até que o governo atenda favoravelmente nossas reivindicações.

Posição dos professores pacifistas no Ampliado da COB

NÃO TRAIR A PODEROSA MOBILIZAÇÃO DOS EXPLORADOS

1. As conversações COB-Governo tem mostrado que este último está disposto a impor contra vento e maré a Reforma Educacional neoliberal que aponta a destruição da educação estatal, converter em profissão livre a carreira docente e a transformar os educandos em robôs a serviço das transnacionais. Essa reforma é inaceitável e nos opomos a ela.

2. Consecutivas Assembléias do magistério tem rechaçado os miseráveis aumentos oferecidos pelo Governo, incluindo o último 12% ao setor do magistério, que significa o triste incremento de 1 boliviano diário a maioria docente. Nossa luta é por um salário de acordo com a cesta familiar, ou seja, pelo salário mínimo vital.

3. A luta que temos levado os Bolivianos é unitária e nacional, pela qual todos os setores devemos resolver se os oferecimentos governamentais são suficientes ou se nossas medidas de pressão devem continuar. Não queremos os professores que no futuro nos chamem de traidores por firmar um acordo setorial, que esvazie o movimento geral, como tem feito a direção do setor de saúde.

4. Havíamos impugnado a "trégua" ou "pauza" decretada pela direção da COB e os fatos nos dão razão. Aproveitando essa trégua o governo

tem seguido reprimindo o povo: com forças policiais tem desalojado os grevistas duros de Santa Cruz Solange Cabrera e S. Alaniz no primeiro de maio e já reprimiu violentamente os camponeses potosinos com saldo de um morto e várias casas incendiadas. Frente a essa violência reacionária se justifica a violência revolucionária dos explorados e a atitude dos professores rurais é plenamente justificável. Rechaçamos a propaganda governamental no sentido de nossos colegas sejam delinquentes e nos opomos a que sejam passados ao tribunal de disciplina sindical em seu próprio setor.

5. Finalmente: é inconcebível que a direção da COB possa seguir dialogando quando existem presos no país. Antes de continuar alguma conversação deve se exigir a liberdade imediata dos professores rurais, no caso do magistério urbano J. Carlos Paredes e Raúl Vistas e dos universitários do Secretário Executivo da FUL de Sucre, Pánfilo Lora.

6. Agora trata-se de não rifar o que o movimento operário e popular tem feito até agora. O governo já retrocedeu. Trata-se de encurralá-lo ainda mais através do aprofundamento das medidas de pressão, apontando o que estão fazendo os camponeses no bloqueio dos caminhos

